

ARQUIVOS PESSOAIS, ACESSO E MEMÓRIA: QUESTÕES EM PAUTA

ARCHIVOS PERSONALES, ACCESO Y MEMORIA: CUESTIONES EN JUEGO

José Francisco Guelfi Campos - jose.campos@usp.br
Mestrando em História Social pela Universidade de São Paulo (USP)
Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
(FAPESP)

RESUMO

Introdução: A questão do acesso, objetivo e propósito dos repositórios, está na ordem do dia entre profissionais e estudiosos da Arquivologia no Brasil e no exterior, que a consideram sob prismas variados.

Objetivo: Discutir o problema de maneira articulada à realidade específica dos arquivos pessoais e do conceito de memória.

Metodologia: A questão é abordada à luz das iniciativas de preservação da memória da docência e da pesquisa científica desenvolvidas na Universidade de São Paulo.

Resultados: Os sentidos da produção e da acumulação de documentos nos arquivos de professores universitários são analisados, bem como a ambiguidade de seu caráter público e privado.

Conclusões: Reforça-se a importância das funções arquivísticas e dos problemas de jurisdição na formulação de políticas específicas voltadas para a difusão de documentos de arquivo.

Palavras-chave: Acesso. Arquivos pessoais. Memória. Política arquivística.

1 INTRODUÇÃO

Arquivistas e demais profissionais da ciência da informação devem trabalhar visando à consecução de um objetivo primordial: promover o acesso aos

documentos e às informações neles contidas à mais ampla gama de usuários em potencial.

A garantia do acesso, nas instituições arquivísticas, dependerá, contudo, da qualidade que se imprima ao tratamento documental (da identificação do órgão produtor e de suas funções, passando pela avaliação, até a descrição dos documentos) e da formulação e implementação de políticas específicas, voltadas para a difusão de seus acervos.

Ao contrário da ilusão que se propaga atualmente, o uso de sofisticadas bases de dados e a digitalização “selvagem” de documentos de arquivo – e sua consequente disponibilização na Internet –, embora sejam demandas reconhecidas, não são capazes de, por si só, promover o acesso à informação. Por trás, invisível aos olhos dos usuários, faz-se necessário o esforço dos arquivistas para contextualizar adequadamente os documentos em relação à sua origem, garantindo que o vínculo entre os itens de um mesmo fundo seja (re)estabelecido.

Neste artigo, pautarei a discussão em torno das questões e dos problemas apresentados por uma realidade bastante específica: a preservação e manutenção de arquivos pessoais de ex-professores (aposentados ou falecidos) na Universidade de São Paulo. Atualmente desenvolvendo pesquisa de mestrado sobre o assunto,¹ pretendo, à luz dos resultados parciais obtidos, encaminhar o debate de forma alinhada à premissa que abre o texto, defendendo a necessidade de adequação do tratamento técnico dispensado à documentação e de formulação de políticas específicas como fatores fundamentais para a difusão dos repositórios e das informações de que dispõem.

2 OS ARQUIVOS DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS

Ao longo de suas trajetórias, pessoas e instituições acumulam materiais de suportes e gêneros variados que lhes servem de instrumento à consecução de suas atividades e funções. Todos nós – independentemente do papel que

¹ Trata-se do projeto “Preservando a memória da ciência brasileira: os arquivos pessoais de professores e pesquisadores da Universidade de São Paulo”, desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em História Social (USP), sob orientação da Prof.^a Dr.^a Ana Maria de Almeida Camargo, cujo objetivo principal é diagnosticar a realidade da aquisição, custódia e difusão de tais arquivos pelos diferentes órgãos da universidade. A pesquisa conta com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (processo nº 2012/08378-0) e com apoio institucional do Arquivo Geral da Universidade de São Paulo (AG-USP), aos quais dirijo meus agradecimentos.

desempenhamos na sociedade ou do nível de projeção que alcançamos – constituímos arquivos, compostos de documentos dos quais lançamos mão como elementos de prova ou testemunho ao cumprimento de nossas obrigações fiscais, sociais, profissionais ou financeiras, por serem eles os dispositivos que regulam nossa existência formal no mundo do Direito. Quando se adentra o universo da intimidade, é preciso considerar ainda as razões subjetivas que levam os indivíduos a manter seus arquivos: neles também se encontram os documentos e objetos atrelados às afetividades, às obsessões, aos *hobbies*, às preferências políticas e às crenças e práticas religiosas.

Tem sido usual, no meio arquivístico, adjetivar tais conjuntos documentais em função da caracterização profissional de seu titular ou do eixo temático que preside as estratégias de aquisição das instituições que os custodiam. Qualificam-se, assim, os arquivos como “literários”, “científicos”, “políticos” etc. No entendimento de Antonia Heredia Herrera (1993, p. 102-103), essa tendência se insere no quadro de uma tradição de matriz francesa que confere aos arquivos certo estatuto “especial”, resultando em terminologia ambígua incapaz de diferenciá-los quanto à sua natureza pública ou privada. Cumpre notar, o que escapa à arquivista espanhola, que tais expressões concorrem também para a dissimulação do caráter *pessoal* ou *institucional* dos arquivos, fator fundamental para o entendimento do sentido de sua constituição.

O problema exige, certamente, um debate mais atento e aprofundado. Se por um lado tais qualificativos obscurecem a natureza dos conjuntos documentais quanto à sua procedência, por outro buscam jogar luz sobre os traços que lhes conferem especificidades indelévels, que demandam dos profissionais de arquivo esforços redobrados para a satisfatória compreensão e contextualização dos documentos.

Desconsiderar a atividade que dá origem à produção e que motiva a acumulação de parcela considerável da documentação equivaleria a ceder a esquemas inapropriados de abordagem, sublimando os desafios de ordem teórica implicados na complexa tarefa de restabelecer o sentido da acumulação documental e de entender os vínculos que articulam cada documento, conferindo-lhes a essência de sua especificidade – a organicidade –, elementos-chave do fazer arquivístico, se o considerarmos, como sugere Angelika Menne-Haritz (1998), como “a ciência dos contextos e relações”.

Minha preocupação, aqui, recai sobre os arquivos de professores universitários e se justifica do ponto de vista do interesse que suscitam para a pesquisa nas mais diversas áreas e do valor que assumem para o conhecimento da instituição em que atuam. A inquietação surge no ensejo da aproximação do 80º aniversário da Universidade de São Paulo e da percepção de que certas facetas de sua história permanecem ainda pouco exploradas. Iniciativas de preservação de documentos relacionados à memória de seus docentes, no exercício do ensino e da pesquisa, vêm sendo desenvolvidas por diferentes órgãos da universidade de maneira isolada e raramente formalizada, mantendo inacessíveis certos arquivos que têm sua importância redobrada quando reconhecemos neles o potencial de também representarem uma parcela significativa da vida científica brasileira.²

Como defini-los, então? Seriam eles passíveis de rotulação, nos moldes do que vem sendo praticado usualmente? São arquivos “científicos” ou “escolares”? Tais adjetivos são capazes de evidenciar todo o potencial informativo do conjunto de documentos acumulados ao longo de uma vida? A questão vem motivando, ainda que de maneira um pouco tímida, discussões entre arquivistas e historiadores, embora as alternativas em pauta não pareçam resolver o dilema advindo da necessidade de caracterizar ou rotular os ditos arquivos.³ Considerá-los apenas do ponto de vista de seu pretense potencial informativo em relação aos universos da educação ou da ciência poderia induzir a abordagens unilaterais e inadequadas.

Pelo caráter primordialmente *pessoal* que ostentam, tais arquivos devem ser compreendidos em função da natureza das atividades desenvolvidas por seus titulares e dos estágios intermediários implicados em sua consecução.⁴ Esta parece ser a chave para garantir a adequada contextualização dos documentos, com vistas à difusão apropriada e responsável de seu potencial informativo. A tarefa demonstra,

² Enquanto certas unidades desenvolvem ações regulares de aquisição e preservação de arquivos de docentes aposentados ou falecidos, como o Instituto de Estudos Brasileiros, o Centro de Apoio à Pesquisa em História Sérgio Buarque de Holanda e o Centro de Memória da Faculdade de Saúde Pública, outras funcionam em situação de quase anonimato. A divulgação de tais iniciativas também ocorre de maneira díspar, o que dificulta a difusão dos acervos e o acesso.

³Thérèse Charmasson (2006) aborda o problema conceitual e terminológico implicado no emprego da expressão “arquivos científicos”. Por outro lado, o termo “arquivos escolares” vem sendo utilizado, de maneira igualmente capciosa, para designar os arquivos – pessoais ou institucionais – relacionados, em alguma medida, ao universo da educação. À guisa de curiosidade, ver o artigo da pesquisadora portuguesa Maria João Mogarro (2005).

⁴Esta é a premissa da chamada “abordagem contextual” dos arquivos pessoais, estratégia inovadora de tratamento apresentada por Ana Maria de Almeida Camargo e Silvana Goulart (2007) em *Tempo e Circunstância*, livro em que debatem as opções e os procedimentos de ordem metodológica e prática adotados na organização do arquivo de Fernando Henrique Cardoso, ex-presidente da República.

com efeito, o esforço de pesquisa envolvido no fazer arquivístico, interdisciplinar em sua essência.

Identificar o órgão produtor é procedimento fundamental para a formulação de qualquer estratégia de tratamento documental comprometida com a explicitação do contexto originário dos documentos. Ana Célia Rodrigues (2005) chama a atenção para a sua relevância, considerando-o uma verdadeira função arquivística, que se encontra na base da classificação e, conseqüentemente, da descrição documental.

Deve-se então procurar responder, da maneira mais abrangente possível, à seguinte questão: *o que faz um professor universitário?* Se a docência e a pesquisa constituem o foco de sua atuação profissional, é preciso considerar também os cargos de gestão que geralmente ocupa junto ao departamento ou instituto ao qual se vincula, sua atuação em comissões e colegiados de instância superior e sua participação em agremiações, sindicatos ou outras entidades de representação de classe, reveladoras de seu envolvimento político-institucional.

Para tanto, cumpre ao profissional de arquivo o estreitamento de seus laços com outras disciplinas, como a pedagogia e a sociologia da ciência, de modo a obter o substrato teórico e as ferramentas necessárias para assegurar a compreensão do sentido ostentado pelo conjunto dos documentos acumulados por um professor ao longo de sua vida funcional.

3 CIÊNCIA E DOCÊNCIA: O QUE SÃO E COMO SE PROCESSAM

Ensinar e pesquisar são duas tarefas primordiais desenvolvidas por um professor em qualquer instituição de ensino superior. A intensidade com que são praticadas dependerá, entretanto, do valor e do peso conferido pela instituição a cada atividade. Na Universidade de São Paulo, bem como em outras universidades públicas no país, a produção científica é requisito fundamental para a manutenção de um funcionário no cargo de docente, fator que concorre para o acirramento da competitividade e das tensões entre os profissionais.

Contudo, cabe questionar em que medida são elas representadas pelos arquivos institucionais. No caso da Universidade de São Paulo, poucos são os documentos relativos a estas duas atividades conservados em seus arquivos. Terminado o semestre letivo, listas de notas e controles de frequência são entregues pelos docentes às secretarias de seus departamentos, onde são processados pelos

funcionários e armazenados. As provas e trabalhos finais, principais instrumentos de avaliação, geralmente são devolvidos aos estudantes depois de corrigidos. Programas de curso, com suas respectivas bibliografias, são disponibilizados através dos *sites* dos departamentos, mas sua preservação é instável e depende dos diversos procedimentos adotados em cada unidade.⁵

A prática pedagógica, entretanto, não pode ser flagrada na documentação atualmente acumulada pela instituição, constituindo uma lacuna sensível. O mesmo é verdadeiro quando pensamos nas atividades de pesquisa, que por se revestirem de caráter autoral trazem à baila a questão da natureza pública ou privada dos arquivos de professores preservados na universidade, aspecto de um debate ainda pouco explorado, que procurarei abordar mais adiante.

Por enquanto, acredito ser de alguma valia concentrar esforços na tentativa de explorar um pouco mais o que são e como se constituem a prática pedagógica e a investigação científica, de modo a tentar delimitar, ainda que de maneira introdutória, seus estágios intermediários que, na condição de atividades-meio, motivam a produção e a acumulação de certos documentos que as viabilizam, servindo como instrumentos para a consecução das atividades finalísticas: ensinar e produzir inovação em ciência.

As subatividades envolvidas no processo da investigação científica já figuram como objeto de interesse e análise de teóricos atuantes nas áreas da história e da sociologia da ciência. No campo da arquivística, esses trabalhos vêm sendo apropriados, ainda que de maneira mais tímida do que deveriam, por profissionais e estudiosos dedicados aos chamados arquivos científicos, cientes da necessidade de contextualizar adequadamente os documentos que os compõem.

Dentre a bibliografia brasileira sobre o assunto, convém destacar os estudos desenvolvidos por Paulo Roberto Elian dos Santos (2010, 2012), que propõem a articulação ousada e inédita dos aportes teóricos oferecidos por vasta bibliografia no campo da sociologia da ciência e os princípios consagrados da Arquivologia, de modo a criar uma estratégia de descrição para os documentos que emergem da prática científica.

⁵ Cada unidade que compõe a Universidade de São Paulo conserva tradições próprias que se refletem nas práticas administrativas e na gestão de seus arquivos. Enquanto certos departamentos arquivam todas as provas e trabalhos de seus alunos, outros autorizam a devolução destes instrumentos de avaliação aos alunos, desde que as notas tenham sido processadas e lançadas nos sistemas corporativos.

Joan Haas, Helen Samuels e Barbara Simmons, autoras do manual *Appraising the records of modern science and technology: a guide* (1985), dedicaram-se ao problema baseadas na documentação acumulada pelo serviço de arquivos e coleções do *Massachusetts Institute of Technology*, instituição amplamente reconhecida pela excelência de suas pesquisas e inovações nos campos da ciência e da tecnologia. Preocupadas em oferecer uma estratégia de avaliação que contemplasse, ao mesmo tempo, as grandes atividades pessoais e profissionais dos cientistas, bem como aquelas específicas e intimamente relacionadas à ciência e à tecnologia, assinalando as subfunções consignadas em sua consecução, as autoras estabeleceram as seguintes categorias, traduzidas e sistematizadas no quadro abaixo:

Quadro 1 – Atividades e subatividades representadas em arquivos de cientistas

Atividades pessoais	Relacionamentos pessoais Gestão financeira Lazer Engajamento político Educação (formação)
Atividades profissionais	Docência e administração Consultoria e orientação
Atividades ligadas à ciência/ tecnologia	Administração da pesquisa e desenvolvimento Gestão de bolsas e contratos Estabelecimento de prioridades Financiamento e uso de recursos Gestão de pessoal Pesquisa e desenvolvimento Criação de hipóteses/ Esboço Planejamento de experimentos/ Desenho de processos ou produtos Experimentação e análise de dados/ Teste de protótipos e análise de resultados Difusão Comunicação e difusão de resultados/ Elaboração de relatórios técnicos Patenteamento Revisão, crítica e difusão

Fonte: Adaptado de Haas; Samuels e Simmons (1985).

O esquema acima representado é fruto do louvável e necessário esforço de estabelecer as grandes categorias de atividades consignadas no desenvolvimento da pesquisa científica. Contudo, tanto a abordagem proposta pelas autoras norte-americanas quanto a do brasileiro Paulo Roberto Elian dos Santos (2012) são questionáveis no seguinte aspecto: restringem e limitam o conceito de ciência ao

elegerem o laboratório como lugar privilegiado em que ela se processa, desconsiderando as especificidades de outras áreas do conhecimento nas quais a investigação não acontece de forma espacialmente centralizada, menos sujeita, portanto, a determinadas rotinas e normas que pautam e regulam o trabalho em ambientes institucionalizados.

A tarefa de representar a atividade de pesquisa no âmbito de uma universidade requer, forçosamente, que se considerem também os elementos que constituem as engrenagens da investigação nos campos das humanidades, das ciências sociais e das artes. A bibliografia voltada aos chamados arquivos científicos ainda não se propôs a semelhante enfrentamento teórico.

Nesse sentido, cumpre assinalar que os estudos em história e em sociologia da ciência vêm privilegiando, sistematicamente, as áreas das ciências biomédicas e exatas, que experimentaram, a partir da década de 1970, uma sensível alteração em seu *modus operandi*. O advento do fenômeno ao qual se consagrou chamar *big science*, marcadamente influenciado pela tendência crescente à utilização de recursos tecnológicos sofisticados, introduziu um novo entendimento sobre a constituição do trabalho científico, levado a cabo no interior dos laboratórios por meio do esforço coordenado de grandes contingentes de pesquisadores altamente especializados, trabalhando em equipes que executam frações de um processo que visa a atingir resultados de maior envergadura.

O relato do trabalho de campo empreendido por Bruno Latour⁶ em um laboratório do *Salk Institute*, na Califórnia, permite conhecer as rotinas e o grau de complexidade do fazer científico, envolvendo técnicos que preparam cobaias e reagentes sobre as bancadas, secretárias datilografando cartas, artigos e relatórios, e pesquisadores burilando durante horas os dados brutos que serão transformados, ao fim de um longo dia de trabalho, na curva de um gráfico que poderá ser publicado em artigo dentro algumas semanas, após novos testes e experimentos (LATOUR; WOOLGAR, 1986), atividades que implicam densa produção documental cujo valor secundário é geralmente ignorado ou pouco compreendido pelos próprios agentes e

⁶ Bruno Latour é atualmente um dos mais reconhecidos sociólogos da ciência e um dos principais representantes da vertente dos ditos estudos micro etnográficos da ciência, que experimentaram grande difusão a partir da década de 1980 e inspiraram outros pesquisadores, como a austríaca Karin Knorr-Cetina, professora da Universidade de Konstanz (Alemanha), uma das responsáveis pela propagação desta linha de investigação na Europa. Um de seus principais estudos, em coautoria com Steve Woolgar, originalmente publicado nos Estados Unidos em 1979, recebeu tradução para o português apenas no final da década de 1990.

atores da prática científica. Tal situação é evidenciada no cenário brasileiro pela pesquisa de doutorado de Maria Celina Soares de Mello e Silva (2007).

Todavia, os arquivos pessoais de professores universitários não se constituem apenas dos documentos relativos à sua atuação como pesquisadores, mas também como docentes. Abre-se, assim, um horizonte amplo e muito pouco explorado pelos arquivistas, mesmo aqueles diretamente dedicados à organização e descrição de arquivos cujos titulares são ligados ao ramo da educação.

Por ocasião do IV Seminário em Ciência da Informação, realizado em Londrina, em 2011, compartilhei uma experiência inovadora que vinha, àquela época, desenvolvendo sobre um fundo custodiado pelo Centro de Memória da Educação da Universidade de São Paulo. Tratava-se do arquivo de Diva Sgueglia, professora paulistana dedicada à educação infantil, cujos documentos representam fontes relevantes para o estudo da educação em São Paulo. Naquela oportunidade, o nível da contextualização foi definido a partir das grandes áreas de ação da titular, bem como dos eventos por ela vivenciados ao longo de sua vida, dando origem a um inventário que contempla, além de minuciosa cronologia e índices que reúnem os documentos em função destes eventos e atividades – explicitando a organicidade inerente ao conjunto –, glossários específicos que as definem e que também demonstram a riqueza da tipologia documental que emana da prática docente. Os resultados obtidos permitiram discutir as estratégias de descrição de arquivos de professores, além de evidenciar falta de debates nesse sentido entre os estudiosos da arquivística no Brasil.⁷

O desafio, agora, toma outras proporções e aponta a necessidade de adensar a compreensão do fazer docente no nível da educação superior. Para tanto, torna-se necessário procurar entender a dinâmica do espaço em que se ele desenvolve, seus requisitos e os jogos de forças envolvidos no ambiente universitário, altamente concorrencial, de modo a vislumbrar o sentido da produção e da acumulação de documentos que instrumentalizam e viabilizam a tarefa de ensinar. Revisar a literatura especializada no campo dos estudos da Educação, sobretudo em sua ramificação da pedagogia universitária, será de grande valia para jogar alguma luz sobre a questão, que ainda permanece em uma zona de penumbra.

Entre conceber a temática a ser abordada em determinado curso e ministrar a disciplina ao longo de um semestre letivo escondem-se estágios intermediários da

⁷ À guisa de curiosidade, ver: Campos (2011).

prática docente que não se revelam aos olhos dos estudantes e dos administradores da instituição. Tampouco a malha de múltiplos envolvimento pessoais, institucionais e afetivos que se tece no desenvolvimento da complexa relação ensino-aprendizagem se materializa nos documentos usualmente conservados pelos arquivos institucionais. Estes elementos surgirão representados nos arquivos pessoais dos professores, capazes de responder à gama de questões apontadas por Helen Samuels (1998, p. 58-66), ao examinar os problemas em torno do desafio de documentar a docência: quem ensina? O que se ensina? Como se ensina?

4 ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: FRONTEIRAS MOVEDIÇAS

Ao organizar um evento e solicitar apoio financeiro a uma agência de fomento, um professor é obrigado a realizar o pedido em seu próprio nome, informando, para tanto, dados pessoais e o número de seu CPF. Quando liberada, a verba é depositada em uma conta corrente em seu nome e ele se torna responsável pela gestão do dinheiro, devendo prestar relatórios detalhados e assumindo inteira responsabilidade pelo bom ou mau uso dos recursos empregados. Contudo, cabe considerar que a organização de eventos é parte de suas obrigações enquanto docente-pesquisador ou chefe de departamento ou de laboratório, cargos de gestão que ocupa na universidade em que atua. A quem pertencem os documentos gerados e acumulados em função do processo de pedido de auxílio e recursos financeiros para consecução desta atividade?

Situação análoga ocorre com os documentos gerados pela pesquisa. O fato de seus resultados finais (artigos, dissertações, teses, livros) se revestirem de caráter autoral faz supor que se configurem como documentos de caráter essencialmente privado. Em contrapartida, para chegar aos resultados e descobertas que apresenta, o pesquisador utiliza não apenas a infraestrutura, mas o pessoal e os recursos financeiros da universidade e de agências públicas de financiamento. A questão ressurge: a quem cabe o direito de posse sobre os documentos representativos das atividades-meio e das atividades finalísticas da investigação científica? Ao pesquisador, ao departamento, ao laboratório, à universidade? Sendo a universidade uma instituição pública, os documentos das pesquisas ali desenvolvidas deveriam assumir, por extensão, caráter público?

Buscar compreender a forma como a ciência e a docência se processam, bem como o nível de intensidade do relacionamento estabelecido entre o docente-pesquisador e a instituição, são elementos que concorrem para o entendimento da interpenetração das esferas pública e privada, comum a arquivos tradicionalmente considerados – com base no princípio da proveniência – como sendo de natureza privada, mas que, dado o papel social desempenhado por seus titulares, assumem especial interesse quando o que está em jogo é a questão da memória de uma instituição pública, cara à coletividade.

As fronteiras entre público/privado e institucional/pessoal ainda não foram abordadas de maneira satisfatória na literatura arquivística, sobretudo quando aplicadas aos chamados arquivos pessoais e científicos. Abre-se, desta forma, espaço para uma discussão delicada, mas essencial e necessária para a formulação de políticas de aquisição e seleção que visem a assegurar o acesso a ditos arquivos.

A lei brasileira de arquivos prevê a distinção entre as categorias “público” e “privado” com base na entidade produtora, estando, de um lado, os órgãos públicos de âmbito federal, estadual ou municipal e, de outro, as pessoas físicas ou jurídicas. Prevê ainda a instituição do “interesse público e social” suscitado por documentos de caráter privado identificados como “fontes relevantes para história e para o desenvolvimento científico nacional” (BRASIL, Lei 8.159/91, cap. II, art. 12). Ana Maria Camargo (2005, p.187), ao comentar a questão, observa que a categoria cria, para além da dicotomia entre público e privado, outra área de jurisdição problemática.

A discussão se torna ainda mais complexa quando se colocam em pauta os parâmetros para o acesso aos documentos públicos e àqueles de “interesse público”. Temática própria do contexto social e político propiciado pela democracia, como bem salientou o jurista Celso Lafer (2005), a questão do acesso tem sua importância redobrada quando “a transparência é a regra; o segredo, a exceção”, como preconiza a Constituição de 1988, e vem motivando debates mais intensos desde a publicação da Lei 12.527/2011, popularmente conhecida como “lei de acesso à informação”, que revoga os dispositivos do capítulo quinto da lei de arquivos.

Outros elementos também previstos na legislação concorrem para conferir ao problema feições de um verdadeiro dilema quando se discute o acesso aos documentos de natureza pessoal. A Lei 12.527/2011, em seu artigo 31, estabelece a

restrição de acesso pelo prazo máximo de cem anos a partir da data de produção dos documentos, visando à proteção da intimidade, da honra e da reputação de pessoas físicas.

Em face disso, torna-se imperativo questionar se os arquivos de natureza pessoal, uma vez transferidos a instituições de custódia – sejam elas públicas ou privadas –, devem ser submetidos a tais prazos que, de antemão, parecem tornar inviáveis os altos investimentos requeridos para o tratamento e conservação de documentos que, a rigor, não poderiam ser franqueados à consulta – ou seja, não poderiam cumprir em plenitude a função social que lhes é conferida e que justifica o interesse em sua preservação.

5 O PAPEL DOS REPOSITÓRIOS: PRESERVAÇÃO E ACESSO

Onde se encontram, atualmente, os documentos que nos ajudam a conhecer as facetas pouco exploradas da história da Universidade de São Paulo? Em que lugares é possível tomar contato com os papéis e outros materiais deixados por seus docentes aposentados ou já falecidos, vestígios relevantes das práticas de ensino e docência ao longo dos quase oitenta anos de existência da instituição que se firmou, neste percurso, como um dos principais centros de excelência em formação acadêmica e inovação científica no Brasil e na América Latina?⁸

Para responder a tais questões é preciso lidar com um problema cujas proporções se fazem simétricas às dimensões da Universidade de São Paulo, que atualmente opera em sete diferentes *campi* no Estado, oferecendo centenas de cursos de graduação e pós-graduação em todas as áreas do conhecimento.

Em minha atual pesquisa de mestrado, da qual derivam as considerações compartilhadas neste artigo, venho lidando com a questão. A proposta se resume em seus dois objetivos principais: diagnosticar a situação dos arquivos pessoais de professores na universidade, no que tange à aquisição, tratamento e difusão, e elaborar um guia capaz de oferecer visão panorâmica do conjunto desses arquivos e coleções atualmente sob a custódia dos diversos órgãos da instituição. Uma vez concluído, o estudo deverá proporcionar subsídios necessários para a formulação,

⁸ Atualmente, a USP figura entre as cem melhores universidades do mundo, ocupando o 43º lugar no *Webometrics Ranking of World Universities* e a 74ª posição no *2010 Performance Ranking of Scientific Papers for World Universities*, do *Higher Education Evaluation & Accreditation Council of Taiwan*.

em curto e médio prazo, de política voltada para a memória do ensino e da pesquisa, visando, em última instância, ao acesso pleno aos documentos que, ao representarem parcela considerável da vida científica brasileira, assumem uma função social mais abrangente.

Para tanto, venho realizando trabalho de campo com o intuito de promover o mapeamento – tão exaustivo quanto seja possível – da existência de arquivos ou coleções de professores (aposentados ou falecidos) atualmente preservados nas diferentes faculdades, institutos e laboratórios que compõem a Universidade de São Paulo, coletando dados sobre a caracterização dos conjuntos documentais, os procedimentos de tratamento técnico a que vêm sendo submetidos e as estratégias de difusão, bem como dados sobre a possibilidade de acesso aos documentos e às informações neles contidas.⁹

Os resultados parciais da pesquisa, ainda em andamento, apontam para um quadro fragmentário. Cada órgão da universidade confere pesos e valores distintos à questão da memória e à preservação de documentos de arquivo, sobretudo aqueles cuja manutenção não atende a necessidades intimamente relacionadas à gestão administrativa.

Surge, assim, a necessidade de uma política institucional voltada para a memória da docência e da pesquisa, capaz de contemplar os arquivos e coleções pessoais de professores no que tange à aquisição, ao tratamento técnico e, finalmente, ao acesso pleno à documentação, coordenando o conjunto de iniciativas hoje desenvolvidas de maneira isolada, sem atender a critérios ou diretrizes comuns, conferindo-lhes coesão.

Embora o tema das políticas públicas para arquivos seja bastante discutido entre profissionais e estudiosos da área no Brasil (JARDIM, 2006), sua transposição para o âmbito das universidades e dos documentos de natureza pessoal configura matéria inédita e controversa.

Na última década, o assunto despertou o interesse de algumas instituições norte-americanas, que passaram a desenvolver programas de coleta de documentos pertencentes não apenas a seus docentes, mas também a seus ex-alunos, tendo em

⁹ A realização desta etapa do trabalho conta com apoio institucional do Arquivo Geral da Universidade de São Paulo (AG-USP). Aproveito a oportunidade para reforçar meus agradecimentos à sua equipe técnica, em especial aos colegas Lílian Miranda, Edson Macedo, Beatriz, Henrique, Joice, Lucas e à Prof.^a Dr.^a Johanna Smit.

vista a preservação da memória institucional por meio de arquivos e coleções privadas.¹⁰

Tom Hyry, Diane Kaplan e Chistine Weideman (2002), da seção de arquivos e manuscritos da biblioteca da *Yale University*, compartilham a experiência levada a cabo naquela instituição em artigo que mereceu um título sugestivo: “Embora seja loucura, existe um método”.¹¹ Preocupados em criar uma política de aquisição de arquivos e coleções de professores da universidade, apropriaram-se do método desenvolvido pela Sociedade Histórica de Minnesota para a seleção de documentos ligados ao mundo do trabalho. De forma ousada, compuseram seu quadro teórico combinando aportes advindos de diferentes correntes do pensamento arquivístico, como a estratégia da documentação, a macroavaliação e a análise funcional, entre outras. Embora os autores defendam os resultados obtidos, julgando-os satisfatórios, o modelo que criaram – um verdadeiro *Frankenstein* metodológico – apresenta aspectos inconsistentes e questionáveis, que colocam em xeque sua eficácia e dão margem a reflexões sobre suas implicações éticas.

Explico: o grande problema da política memorial formulada pelos autores norte-americanos reside no fato de privilegiar *pessoas* em lugar das *funções* por elas desempenhadas. Um de seus pontos-chave é a definição dos doadores “que valem a pena”, feita com o auxílio de um conselho de professores da instituição, de maneira afinada com os interesses temáticos do repositório. Submeter a avaliação da qualidade da carreira de outros docentes a uma comissão composta por seus pares, além de comprometer a imparcialidade da tomada de decisão, concorre para a reafirmação de um entendimento controverso da questão da memória, conferindo valor apenas à “prata da casa”.

O que faz supor que os documentos acumulados por um professor titular ou livre-docente apresentem maior potencial informativo ou representem melhor as atividades de docência e pesquisa? Quais os parâmetros e os critérios eticamente válidos para julgar a projeção de um pesquisador? Quem está apto a tomar as decisões?

¹⁰ Helen Willa Samuels, nas décadas de 1980 e 1990, já discutia o desafio de documentar as universidades, questão revisitada por Tara Laver (2003).

¹¹ O título do artigo, publicado originalmente no volume 65 de *The American Archivist*, é: “Though this be madness, yet there is method in’t: assessing the value of faculty papers and defining a collecting policy”.

A questão demanda maior reflexão e aprofundamento. Contudo, é possível afirmar com alguma tranquilidade que pautar a análise pelas atividades ou funções que se deseja documentar representa um caminho mais seguro e responsável de preservar a memória de uma instituição. A avaliação dos arquivos e coleções que atualmente vêm sendo identificados e mapeados na Universidade de São Paulo certamente dará lastro a novas considerações nesse sentido.

Angelika Menne-Haritz (2001) define de maneira clara a função dos repositórios ao caracterizar o acesso como seu objetivo e propósito, elemento sem o qual a custódia não se justifica. Contudo, sua plena realização depende não apenas dos meios necessários, como também da atitude institucional, representados por políticas específicas.

Arquivos abertos significam disponibilidade de respostas às questões e aos interesses manifestados pelos usuários. É nesse sentido que Menne-Haritz (2001, p.61, tradução e grifo meus) afirma, de maneira muito feliz, que “arquivos não devem ser lidos, mas *entendidos*”. Para tanto, todos os estágios do tratamento documental – da identificação à descrição, passando pela avaliação e pela classificação – devem ser observados sob o prisma das especificidades apresentadas pela natureza dos conjuntos documentais. Quando estão em jogo os arquivos pessoais, a abordagem contextual, fundamentada em denso esforço de pesquisa sobre as áreas de ação dos titulares, oferece terreno sólido para o contato que se estabelece entre os usuários e os documentos que lhes permitem conhecer o passado, assegurando a capacidade da rememoração coletiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm#art46>. Acesso em: 7 fev. 2013.

BRASIL. Lei n.º 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>. Acesso em: 7 fev. 2013.

CAMARGO, Ana Mariade Almeida. Em busca de consenso. In: SEMINÁRIO DOCUMENTOS PRIVADOS DE TITULARES DE CARGOS PÚBLICOS, 2004, São Paulo. **Documentos privados de interesse público: o acesso em questão**. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2005, p. 181-189.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais**. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. Um salto no vazio? Considerações iniciais sobre a organização e representação de arquivos pessoais. In: SEMINÁRIO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 4, 2011, Londrina. **Anais...** Londrina: UEL, 2011.

CHARMASSON, Thérèse. Archives scientifiques ou archives des sciences: des sources pour l'histoire. **La revue pour l'histoire du CNRS**, Paris, v.14, 2006. Disponível em: <<http://histoire-cnrs.revues.org/1790#ftn1>>. Acesso em: 7 fev. 2013.

HAAS, Joan K.; SAMUELS, Helen Willa; SIMMONS, Barbara Trippel. **Appraising the records of modern science and technology: a guide**. Massachusetts: MIT, 1985.

HEREDIA HERRERA, Antonia. **Archivística general: teoría y práctica**. 6. ed. Sevilla: Servicio de publicaciones de la diputación de Sevilla, 1993.

HYRY, Tom; KAPLAN, Diane; WEIDEMAN, Christine. "Though this be madness, yet there is method in't": assessing the value of faculty papers and defining a collecting policy. **The American Archivist**, Chicago, v. 65, p. 56-69, spring/summer 2002.

JARDIM, José Maria. Políticas públicas arquivísticas: princípios, atores e processos. **Arquivo e Administração**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 5-16, jul./dez. 2006.

LAFER, Celso. O público e o privado: suas configurações contemporâneas para a temática dos arquivos. In: SEMINÁRIO DOCUMENTOS PRIVADOS DE TITULARES DE CARGOS PÚBLICOS, 2004, São Paulo. **Documentos privados de interesse público: o acesso em questão**. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2005, p. 33-49.

LATOIR, Bruno; WOOLGAR, Steve. **Laboratory life: the construction of scientific facts**. 2. ed. Princeton: Princeton University Press, 1986.

LAVIER, Tara Zachary. In a class by themselves: faculty papers at research university archives and manuscript repositories. **The American Archivist**, Chicago, v. 66, p. 159-196, spring/summer 2003.

MENNE-HARITZ, Angelika. Access – the reformulation of an archival paradigm. **Archival Science**, Dordrecht, v. 1, p. 57-82, 2001.

MENNE-HARITZ, Angelika. What can be achieved with archives? In: **The concept of record: report from the Second Stockholm Conference on Archival Science and the Concept of Record**, 30-31 May 1996. Stockholm: Riksarkivet, 1998. p. 11-24.

MOGARRO, Maria João. Arquivos e educação: a construção da memória educativa. **Revista brasileira de história da educação**, São Paulo, n.10, p.75-100, jul.-dez. 2005.

RODRIGUES, Ana Célia. A identificação como função arquivística: anotações para um debate In: CONGRESSO DE ARQUIVOLOGIA DO MERCOSUL, 6., 2005, Campos do Jordão. **Anais...** São Paulo: CEDIC/PUC-SP, 2005.

SAMUELS, Helen Willa. **Varsity letters: documenting modern colleges and universities**. Lanham: The Scarecrow Press, 1998.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. **Arquivos de cientistas: gênese documental e procedimentos de organização**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2012. (Thesis, 1).

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. **Arquivística no laboratório: história, teoria e métodos de uma ciência**. Rio de Janeiro: Faperj, 2010.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. **Visitando laboratórios: o cientista e a preservação de documentos**. 2007. 211 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

Title

Personal archives, access and memory: questions at stake

Abstract

Introduction: Access, the main objective and purpose of repositories, is on the agenda for archival professionals and theorists, who consider it from different points of view.

Objective: To discuss the problem in an articulated way to the specific reality of personal archives and to the concept of memory.

Methodology: The issue is addressed under the prism of initiatives of preservation of the memory of teaching and scientific research at the University of São Paulo.

Results: The meanings of recordkeeping in faculty personal archives are analyzed, as well as their ambiguous public and private character.

Conclusions: The relevance of archival functions and jurisdictional issues in the formulation of specific policies towards the dissemination of archives is reinforced.

Keywords: Access. Personal archives. Memory. Archival policies.

Título

Archivos personales, acceso y memoria: cuestiones en juego

Resumen

Introducción: El acceso, principal objetivo y propósito de los repositorios, está en el orden del día entre los profesionales y teóricos de la Archivística, considerado bajo diferentes claves de comprensión.

Objetivo: Discutir el problema en su articulación con la realidad específica de los archivos personales y con el concepto de memoria.

Metodología: La cuestión es debatida bajo las iniciativas de preservación de la memoria de la enseñanza y de la investigación científica en la Universidad de São Paulo.

Resultados: Los sentidos de la producción y de la acumulación de documentos en archivos de profesores universitarios son analizados, así como la ambigüedad de su carácter público y privado.

Conclusiones: Se refuerza la importancia de las funciones archivísticas y de las cuestiones jurisdiccionales en la creación de políticas específicas para la difusión de los archivos.

Palabras clave: Acceso. Archivos personales. Memoria. Política de archivos.

Recebido em: 28.06.2013

Aceito em: 10.08.2013